

QUARTA (4ª) AUDIÊNCIA PÚBLICA – Requerimento do Conselho Estadual de Assistência Social

DATA: 06/12/2018

HORA: 14h30min

LOCAL: Auditórios Deputado Manoel de Castro e Castelo de Castro do Complexo de Comissões Técnicas Dep. Aquiles Peres Mota.

PAUTA: Avaliar as implicações dos cortes no Orçamento Federal da Assistência Social, referentes ao Exercício de 2018 e a proposta de Orçamento para o Exercício 2019.

DEPUTADOS PRESENTES: Dr. Carlos Felipe.

CONVIDADOS PRESENTES: Flávia Rebecca Fernandes – Conselho Estadual de Assistência Social do Ceará, José Arimatéia de Oliveira – Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social/CONGEMAS, Francisco Paulo Pimenta Oliveira – Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social/STDS, Leiriane de Araújo Silva – Conselho Regional de Serviço Social/CRESS-CE, Expedito José do Nascimento – APRECE.

RESUMO: O deputado Carlos Felipe presidente da Comissão, reiterou que o corte previsto para o orçamento da assistência social em 2019 vai repercutir em todos os programas de assistência do Brasil, o que representa um problema social com enorme dimensão, especialmente em um cenário de desemprego e aumento das desigualdades. Flávia Rebecca Fernandes, do Conselho Estadual de Assistência Social do Ceará (CEAS), afirmou que o Conselho Nacional encaminhou uma proposta de R\$ 61 bilhões para o Orçamento de 2019, mas o projeto de lei do Orçamento federal apresenta valor de R\$ 30 bilhões, o que representa um corte de quase 50%. A drástica redução afeta o Sistema Único de Assistência Social e, especialmente os Benefícios de Prestação Continuada (BPC), que têm como foco idosos e pessoas com deficiência. Leiriane de Araújo Silva, do Conselho Regional de Serviço Social (Cress/CE), apontou que a política de assistência social é extremamente nova no Brasil e ainda não está incorporada na sociedade brasileira, que tem uma formação escravocrata, desigual e elitista.

ENCAMINHAMENTOS:

1 – Envio de ofícios para todos os atuais deputados federais da bancada cearense, os deputados eleitos no pleito deste ano e todas as Assembleias Legislativas, para uma mobilização em busca da recomposição do orçamento da política de assistência social para 2019.

2- criação de uma comissão da AL com as entidades para buscar articulação com o governador do Estado para diálogo com o Senado Federal, uma vez que o Projeto da Lei Orçamentária está em tramitação.

3 – Divulgação de nota dos Conselhos de Assistência Social contra a possibilidade de corte.